

41117 – Teorias Sociológicas

Orientações para o estudo do Tema 3. A crise do paradigma: sobrevivência e novidade das teorias sociológicas a partir dos anos 80

3. Teorias da pós-modernidade

É razoavelmente consensual entre uma multiplicidade de autores que, da década de 1960s em diante, o mundo mudou substancialmente. Já em 1959, Charles Wright Mills, na obra *A imaginação sociológica*, antecipava algumas das transformações mais significativas que, hoje, se tornaram diagnósticos habituais. Entre elas, Mills, realçava o fim da capacidade das metanarrativas (*i.e.*, das grandes narrativas sobre o que o mundo é ou deve ser) agregarem indivíduos, que, deste modo, se encontravam, progressivamente, virados sobre as suas próprias questões individuais. Aliás, o propósito central da proposta teórico-metodológica de Mills era, precisamente, destacar a função da sociologia como forma de saber que, em permanência, deve ligar as experiências biográficas às estruturas históricas mais vastas no seio das quais elas decorrem.

Sem dúvida, a metanarrativa moderna mais consensual até ao período indicado foi a fé inabalável no progresso tecnológico e científico, entendido como fundação do progresso social e individual. Usando desenvolvimentos tecno-científicos cada vez mais poderosos, a humanidade poderia e deveria controlar e refazer a natureza e as sociedades. Apesar das suas inúmeras diferenças, o comunismo e o liberalismo estavam de acordo neste ponto. O mundo caminhava para o seu melhor estado possível, independentemente do que isto pudesse significar para cada posição política concreta.

Na década de 1960s, esta crença no progresso começa a ser contestada, tanto por diversos movimentos sociais, quanto na produção académica. Quando chegamos à década de 1980s, é claro que, ao contrário do que se pensava nas sociedades ocidentais até aí, a intervenção humana no mundo tem um conjunto de efeitos imprevistos, muitos deles negativos, sobre as vidas humanas e sobre o mundo natural. Para Ulrich Beck, isto traduziu-se na proliferação e individualização não só de riscos concretos (*i.e.*, de fenómenos que podem, probabilisticamente, ter consequências negativas e, agora, devem ser geridos por cada indivíduo ao longo da sua vida) como, sobretudo, na magnificação de uma sensação de risco e de mal-estar cuja origem não é identificável com exactidão. Da guerra nuclear à possibilidade de um atentado terrorista, passando pelas alterações climáticas e por crises financeiras com consequências fatais para indivíduos e sociedades inteiras, diversos fenómenos contemporâneos surgem como incontrolláveis pelos meios políticos e técnicos disponíveis e, sobretudo, torna-se claro que resultam, precisamente, do uso continuado dos meios políticos e técnicos que caracterizam a modernidade. Neste contexto, longe de ser uma novidade, a pandemia provocada pelo vírus

SARS-CoV-2 vem inserir-se neste conjunto de fenómenos que colocam em questão a crença moderna no controlo humano do mundo e realçam os efeitos negativos da modernidade.

De forma historicamente simultânea, e não por mero acaso, a década de 1980s foi também o momento em que o neoliberalismo, até então uma corrente política e academicamente minoritária, se afirmou como nova ortodoxia político-económica, inicialmente, pelas mãos dos governos de Pinochet, Thatcher e Reagan, mas, pouco depois, penetrando nos discursos e práticas de grupos e indivíduos de praticamente todo o espectro político. A ascensão do neoliberalismo estimulou um conjunto de práticas sócio-económicas que, ainda que hoje pareçam naturais e inevitáveis, foram profundamente revolucionárias aquando da sua implementação original. Mercados dos mais diversos tipos foram desregulados e uma lógica de mercado assente na competição, na flexibilidade, na aquisição individual de competências e na promoção activa de desigualdades entre indivíduos (agora, entendidas como algo positivo na medida em que faz avançar indivíduos e sociedades) expandiu-se do domínio da economia para diversas outras esferas da vida quotidiana.

Uma das consequências cruciais desta transformação político-económica foi a proliferação do individualismo. Lembremo-nos que, tal como Alexis de Tocqueville nos defendeu no século XIX, individualismo não é sinónimo de egoísmo, ainda que os dois possam, mas não tenham de, conciliar-se. O que está em causa é, retomando C. Wright Mills, a transformação de questões públicas colectivas em problemas individuais. Ou seja, contemporaneamente, tal como Ulrich Beck defende, todos temos de encontrar soluções biográficas (individuais) para problemas estruturais, sentindo e gerindo estas questões como algo que, emocional e materialmente, nos diz respeito apenas a nós. Isto aplica-se às vitórias, tais como obter uma subida salarial ou um emprego melhor, mas também, como nos lembra Richard Sennett, a um dos grandes não ditos desta fase da modernidade, nomeadamente, ao falhanço. Mesmo que, objectivamente, um indivíduo saiba, por exemplo, que não poderia ter feito nada diferente para evitar o seu despedimento causado por um *lay off* da grande empresa para a qual trabalhava, a decisão pessoalmente incontornável de ser despedido passa a ser sentida como uma questão individual, desgastando emocional e moralmente o indivíduo que por ela passa, que coloca subjectivamente em causa se o problema não se encontra, afinal, dentro de si. Este fenómeno, que Sennett designa como “a corrosão do carácter”, expressa, no fundo, o argumento de Zygmunt Bauman sobre a proliferação do individualismo quando este último afirma que, ainda que, hoje, todos sejamos indivíduos *de jure* (i.e., formalmente) nem todos temos condições estruturais para ser indivíduos *de facto* sem o apoio de estruturas sociais mais vastas que, ao contrário do que ocorria até meados do século XX, já não fornecem segurança material e emocional aos indivíduos.

A proliferação de indivíduos, mesmo que mais formal do que factual, é concomitante com a perda de peso de categorias colectivas tais como a classe social, essa outra metanarrativa moderna. Estas categorias enquadravam e protegiam, mesmo que também pudessem limitar,

cada indivíduo no passado, mas já não têm essa capacidade actualmente. Ser operário era pior do que ser proprietário de uma fábrica, mas uma posição e outra conferiam estabilidade às vidas individuais. O operário sabia que era operário, tal como o proprietário sabia que era proprietário. Havia referenciais sociais que permitiam a cada um orientar-se ao longo das suas biografias. Um operário sabia que era, no melhor dos cenários, muitíssimo improvável passar para a posição de proprietário, mas sabia também quais eram as categorias sociais disponíveis para formar a sua identidade, e sabia como deveria conduzir-se para melhorar a sua sorte ao longo da vida, trabalhando num mesmo local, legalmente enquadrado num contrato colectivo de trabalho, com garantias (minimalistas, mas existentes) de progressão numa carreira e com apoios colectivos pré-definidos para lidar com acasos tais como doença, velhice ou morte. A sua identidade individual era indissociável das categorias sociais a que pertencia, que eram fortemente condicionadas pela sua classe social de origem. Isto limitava o que ele poderia esperar da sua vida; mas permitia-lhe saber que expectativas eram razoáveis ou não.

Com a perda de peso da metanarrativas agregadoras e das categorias colectivas, substituídas por processos de individualização galopantes, cada sujeito perde os referenciais que, anteriormente, serviam para se orientar (para saber o que era ou não provável, o que era ou não razoável) e para se identificar (era operário, era professor, etc.). Com a perda de constrangimentos à formação das identidades e das biografias individuais vem também a perda de eixos norteadores, de pontos de referência que os indivíduos possam usar para se conduzir. Esta responsabilidade, tal como todas as outras, passa, agora, para o seio da individualidade de cada um, que tem de definir os seus próprios referenciais de vida e, no limite, a sua própria identidade sem o apoio de colectividades que as enquadrem. Para alguns, este estado das coisas funciona, confere liberdade, permite melhorar a sua sorte pois torna cada um, dentro de certos constrangimentos, mestre do seu próprio destino. Para muitos outros, esta liberdade para se fazer a si mesmo traduz-se em mal-estar, em incapacidade de assumir controlo da sua própria vida e em falhanço estruturalmente inevitável mas sentido como culpa pessoal.

O subtema 3.3. do programa desta unidade curricular apresenta-nos duas propostas teóricas para pensar a contemporaneidade, nomeadamente, a modernidade líquida de Zygmunt Bauman (primeira semana) e a modernidade reflexiva e a sociedade do risco de Ulrich Beck (segunda semana). De formas diferentes, ainda que também com afinidades, estes autores apresentam reflexões sobre a fase actual da modernidade por contraponto à fase anterior: o pós-moderno que segue o moderno, ou a modernidade líquida depois da sólida, ou a modernidade tardia. Muitas outras propostas teóricas foram avançadas para compreender as sociedades modernas capitalistas contemporâneas para além destas duas. Contudo, estas, para além de serem heurísticamente produtivas (o que não nega os seus limites), são algumas das melhor aceites na sociologia das últimas quatro décadas.

Zygmunt Bauman

Para Zygmunt Bauman, a modernidade líquida é uma fase da modernidade caracterizada pela fluidez e flexibilidade. O que está em causa aqui é o fim das grandes narrativas que agregavam os indivíduos (o comunismo, a classe, a democracia, etc.) e a flexibilização dos percursos biográficos individuais. Dado o fim das grandes narrativas, que davam um sentido a cada vida individual, os indivíduos ficam sem referenciais a partir dos quais possam organizar as suas vidas. Por exemplo, um operário em 1970s sabia que, no tipo de sociedade em que vivia, deveria trabalhar todos os dias, de 2ª a 6ª, das 9h às 17h, durante 40 anos, votando num partido político cujos ideais faziam sentido para si, casando-se (ele era homem, casava-se com uma mulher, que ficaria a cuidar da casa e dos filhos), tendo 2 filhos, subindo na carreira lenta, mas progressivamente, até terminar, com 60 anos, como chefe de secção, recebendo, talvez, 1,5 vezes o que recebia quando começara a trabalhar com 18 anos. Quando começou a trabalhar, já sabia que seria este o percurso dele. Sabia, também, que iria ser capaz de poupar um pouco de dinheiro para comprar um casa, que pagaria durante 40 anos e que os seus filhos teriam uma escolaridade superior à sua, paga com um rendimento que ele iria auferir, não muito elevado mas fixo e seguro permitindo-lhe prever um percurso de vida.

Isto era a modernidade sólida. Estes grandes referenciais e estas grandes certezas da vida pareciam eternas. Elas tinham substituído outras certezas e outros pontos de orientação, os do feudalismo e da sociedade rural (o peso da igreja, a vida no campo, a diferença hierárquica face ao senhor feudal, etc.). Mas, para Bauman, isto foi trocar um conjunto de sólidos, de estruturas e de ideias rígidas que permitiam aos sujeitos saberem quem eram, onde estavam e para onde iam, por outro conjunto de sólidos (os da modernidade).

Na modernidade líquida, que começa, dependendo do país, entre 1970s e 1980s, tudo isto muda. A tónica passa do colectivo para o indivíduo. Já não sou um membro da classe social X, mas sou o João, um ser único, que tem de orientar a sua vida de acordo com critérios pessoais, não colectivos. As grandes narrativas perdem peso e as estruturas que garantiam alguma segurança e permanência à vida de cada indivíduo enfraquecem muito. A segurança profissional desaparece e aumenta a precariedade. Cada indivíduo tem, agora, de trabalhar por projectos, de realizar uma série de trabalhos diferentes ao longo da vida (já não tendo um emprego para toda vida). As entidades que regulavam o percurso profissional perdem peso. Os sindicatos já não abrangem os trabalhadores precários. O esquema de contratação colectiva é substituído por contratos individuais celebrados pela entidade patronal e cada um dos trabalhadores, em cada caso havendo uma negociação individual que não tem de se aplicar ao caso seguinte. As identidades dos sujeitos tornam-se, com isto, mais flexíveis, mais fluidas. Já não sou um operário, um proprietário, um comunista, um democrata-cristão, um pai de família, etc. Sou, agora, no contexto da liquidez, eu e apenas eu. E como sou apenas eu, sem apoio de uma grande narrativa

ou estrutura capaz de agregar diferentes indivíduos, tenho de descobrir por mim mesmo como serei. Tenho de investir no meu próprio percurso escolar. Talvez desista da escola, não vá para a universidade, e me torne num trabalhador liberal numa área qualquer. Tenho, também, de decidir onde viverei (já não ficarei na mesma cidade dos meus pais). E a minha identidade sexual e de género torna-se num assunto aberto à discussão. Nasci homem, mas a minha experiência biográfica individual poderá mudar isto. Casar-me-ei? Talvez sim, talvez não. Poderei viver em união de facto, ficar sozinho, ter uma família de tipo diferente do "1 pai, 1 mãe, 2 filhos". Para mais, a minha espiritualidade não é pré-definida pela adesão inter-geracional da minha família a uma confissão religiosa concreta. Eles eram católicos apostólicos romanos. Eu poderei ser budista, liberal californiano zen, aderir a princípios *New Age*, ou seja lá o que for. E, sobretudo, não tenho de definir nenhum dos critérios anteriores de uma vez por todas; tudo isto pode, e provavelmente vai, mudar mais do que uma vez durante o meu percurso de vida.

Obviamente, toda a narrativa da liquidez tem limites. A versão ufana (podemos dizer, neoliberal) desta fase do processo histórico da modernidade não concebe constrangimentos para lá do indivíduo. Mas, como sociólogos, reconhecemos que, independentemente destas mudanças os indivíduos permanecem ligados uns aos outros de certas maneiras. Logo, há limites estruturais para o que podem e não podem fazer, logo, para o que podem e não podem ser. Portanto, na modernidade líquida, com todo este decréscimo de peso das grandes narrativas e das grandes seguranças colectivas, aumentam as desigualdades sociais. Aumentam porque, estruturalmente, nem todos os sujeitos estão, em rigor, em condições objectivas de tomarem controlo individual total das suas próprias vidas. Se for norte-americano, de classe média alta, com suporte familiar, com educação escolar formal numa universidade de elite, *etc.*, posso mais facilmente escolher um percurso alternativo e encontrar uma profissão qualquer com sucesso económico num nicho de mercado atípico e, com isto, seguir um percurso de construção biográfica diferente (religiosa, sexual, *etc.*). Mas, se nascer num bairro de lata, não tiver uma família com dinheiro para me pagar uma educação formal, tiver de começar a trabalhar para não morrer de fome antes dos 18 anos, *etc.*, poderei nunca ter condições objectivas para adquirir um grau de controlo tão elevado sobre a minha vida individual sem o apoio das grandes estruturas e narrativas colectivas (o Estado, o sindicato, a classe, *etc.*). Neste sentido, Bauman defende que, ainda que todos sejamos indivíduos formalmente, nem todos somos indivíduos factualmente pois esta capacidade de gestão individual do nosso próprio percurso e identidade exige uma segurança material objectiva que nem todos temos. Para alguns, a família, os amigos, as redes de conhecimentos, a formação profissional, *etc.*, continuam a garantir uma tal segurança, o que potencia a sua capacidade de tomarem controlo das suas biografias individuais em múltiplas dimensões da vida. Mas, para outros, sem o suporte de um Estado Social forte, de um sindicato forte, de uma ideia política forte, *etc.*, não é o objectivamente possível, por falta de recursos, assumirem um tal controlo individual das suas biografias.

Aliás, por alguma razão, as interpretações da pobreza e do falhanço como questões individuais aumentaram também neste período. Se sou um indivíduo e falho, tornando-me incapaz de garantir as mais básicas condições de vida materiais, a culpa é minha. Na modernidade sólida, a consciência da posição objectiva de classe era mais forte e permitia uma compreensão das dinâmicas estruturais, incontroláveis pelos indivíduos, que dirigem alguns deles para a pobreza. Toda a ideia de Estado Social, cuja missão era, precisamente, proteger os indivíduos destas situações que os ultrapassavam mas poderiam prejudicar, baseava-se nisto. Agora, já não. A posição de classe é invisível e toda a responsabilidade cai nos ombros de cada indivíduo, que terá sucesso ou insucesso, em grande medida, por causa da sua posição estrutural mas, como esta é invisível, este sucesso ou insucesso será (por ele e pelos outros) considerado como culpa ou mérito seu. Isto pode ser bom para quem ganha, mas é dramático para quem perde.

Ulrich Beck

A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck foca-se na proliferação de riscos sócio-técnico e sócio-ecológicos na modernidade tardia (ou pós-modernidade). Isto deve-se às crescentes intervenções tecnológicas e científicas sobre o mundo, que geram efeitos imprevistos e não-controláveis pelos seres humanos (por exemplo, as pessoas têm de comer, mas a produção agropecuária recorre a produtos tóxicos, *etc.*, que deixam as pessoas doentes). Estes riscos não se circunscrevem às fronteiras administrativas tradicionais (do Estado-nação, da localidade, *etc.*) mas ultrapassam-nas, afectando grupos humanos que não parecem ter relação directa com o problema sócio-técnico ou sócio-ecológico causador de danos (como se vê, por exemplo, no caso de um desastre nuclear em que a radioactividade se espalha a grandes distâncias geográficas).

Ora, para Beck, isto é concomitante com o recuo do Estado na protecção social colectiva, levando a que estes riscos tenham de ser geridos por cada indivíduo ao longo da sua vida. Apesar dos riscos terem causas colectivas e afectarem colectividades humanas, o facto destas causas serem também difíceis de identificar com precisão leva a que a responsabilidade pela sua gestão fique nos ombros de cada indivíduo (por exemplo, quem é o grupo ou entidade concreta que pode ser responsabilizada pelo efeito de estufa?).

Isto é, necessariamente, algo que se relaciona com a classe social dos sujeitos pois os indivíduos (sem o apoio forte de instituições colectivas como Estado) têm diferentes recursos para fazer face ao risco, sofrendo os seus efeitos com intensidades variadas. Apesar dos riscos se caracterizarem, para Beck, por uma diminuição das diferenças de classe (rico ou pobre, o aquecimento global afecta todos), os riscos não eliminam estas diferenças (ricos e pobres têm recursos diferentes para lidar com as consequências do aquecimento global nas suas vidas: os ricos podem mudar de casa, podem continuar a comprar comida se o seu preço aumenta, *etc.*).

A leitura deste texto não substitui o estudo da bibliografia obrigatória desta unidade curricular. Para proceder ao estudo deste ponto do programa desta unidade curricular, deverá ler os textos cujas referências bibliográficas encontra de seguida.

Baert, Patrick; Silva, Filipe Carreira da (2014), "Zygmunt Bauman e a modernidade líquida", *in idem, Teoria Social Contemporânea*. Lisboa: Mundos Sociais, 240-245. (semana 1)

Baert, Patrick; Silva, Filipe Carreira da (2014), "Ulrich Beck e a sociedade de risco", *in idem, Teoria Social Contemporânea*. Lisboa: Mundos Sociais, 233-240. (semana 2)

Ainda que a leitura das secções do texto de Baert e Silva sobre o pensamento de Bauman e Beck permita aos/às estudantes contactarem com as obras destes autores, recomenda-se a leitura dos excertos das suas obras indicadas de seguida para consolidar conhecimentos sobre as teorias destes autores.

Bauman, Zygmunt (2001), "Prefácio. Ser leve e líquido", *in idem, Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 7-22. Ed. Orig. 2000.

Beck, Ulrich (2011), "A propósito da obra", "Prefácio", "Sobre a lógica da distribuição de riqueza e da distribuição de riscos", *in idem, Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 7-60. Ed. Orig. 1986.

Sobre a obra de Ulrich Beck, recomenda-se ainda a leitura do seguinte texto:

Mendes, José Manuel (2015), "Ulrich Beck. A imanência do social e a sociedade do risco", *Análise social*, 50 (214), 211-215.

Quem quiser uma introdução geral à pós-modernidade poderá ler o texto de Barry Smart indicado de seguida. Nele, o autor apresenta uma visão geral das teorias da pós-modernidade entre as décadas de 1970 e 1990, discutindo autores como Lyotard, Baudrillard, entre outros. Ainda o texto de Smart não vá dar origem a perguntas nos e-fólios A e B ou no e-fólio global, recomenda-se a sua leitura aos/às estudantes que pretendam explorar a questão da pós-modernidade para lá das teorias apresentadas no texto de Baert e Silva.

Smart, Barry (2002), "Teoria social pós-moderna", *in Bryan Turner (org.), Teoria Social*. Alges: Difel, 405-436. ed. Orig. 1996.

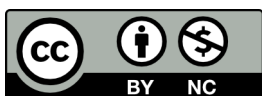
Tenha em mente que os materiais de apoio ao estudo disponibilizados não substituem a leitura do texto recomendado.

Alguns conceitos e temas centrais a reter durante a leitura:

- pós-modernidade
- modernidade reflexiva
- sociedade do risco
- modernidade sólida
- modernidade líquida
- individualismo
- identidade
- ambivalência
- mobilidade
- flexibilidade
- perda de centralidade do Estado-nação
- fim da fé inabalável no progresso tecnológico e científico

Como actividade formativa opcional (não avaliada), procure resumir as principais ideias do textos indicados como bibliografia obrigatória. Escreva as suas dúvidas e comentários interpretativos (ancorados na bibliografia e não, meramente, comentários de senso comum) no fórum da UC para serem discutidos com a equipa docente e os/as colegas.

Este texto foi preparado por João Aldeia para o ano lectivo 2023/2024 da unidade curricular Teorias Sociológicas 41117.



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>